



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010784-27.1999.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Pagamento**  
 Requerente: **Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Pcg Brasil Multicarreira**  
 Requerido: **Francisco Alves de Oliveira Neto e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

BANCO SANTANDER S/A, já qualificado, opôs a presente exceção de pré-executividade em execução que lhe move POZZI ADVOGADOS ASSOCIADOS, também qualificado, alegando que a sucumbência na ação monitória foi recíproca, de modo que não assistiria ao exequente/impugnado direito a arbitramento de verba honorária, de modo que em razão de não ter havido quitação da dívida executada na ação principal, entende não haja direito do advogado a receber ou ver arbitrados seus honorários nesta execução.

O credor, intimado, não respondeu.

É o relatório.

Decido.

Tem razão o banco/excipiente, pois sem que haja extinção do processo não haverá se falar em direito ao arbitramento de honorários ou à sucumbência: *"Sem extinção, mas retomada da marcha processual segundo o procedimento adequado, é descabido falar em encargos de sucumbência e em arbitramento de honorários advocatícios"* (cf. ED. nº 0273082-66.2012.8.26.0000 - 12ª Câmara de Direito Privado TJSP - 29/05/2013<sup>1</sup>).

Contudo, o que cabe destacado no caso analisado é que os honorários em questão foram fixados por conta da extinção da ação monitória, julgados que foram os embargos opostos pelo devedor, e formado o título executivo judicial, conforme sentença de fls. 180/184 e acórdão de fls. 210/211, ambos dos autos da ação principal.

Ou seja, há situação processual apta a admitir, em tese, se possa falar em execução dos honorários advocatícios.

O que ocorre é que a sentença de fls. 180/184 havia acolhido parcialmente os embargos e, formado o título executivo judicial, fixado os honorários advocatícios em 10%, com pagamento atribuído ao banco/autor, ora excipiente (*vide fls. 184*).

O acórdão de fls. 210/211 reformou a decisão nessa parte, declarando que *"cada parte suporta os honorários de seu advogado, dividindo-se custas e despesas do processo, por aplicação do art. 21, caput, do CPC"* (sic. – fls. 211).

O arbitramento de 10% feito pelo exequente/excepto na inicial desta execução não consta de contrato previamente firmado com a excipiente nem tampouco foi objeto de arbitramento judicial.

Não obstante, tem-se entendido não haja mais se pretender necessária prévia discussão acerca do arbitramento em cautelar inominada, conforme inteligência do art. 22, § 2º, Lei n. 8.906, de 1994 (Ap. nº. 557.607-00/0 – 9ª Câm. Segundo Tribunal de Alçada Civil - votação

<sup>1</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**

unânime - FRANCISCO CASCONI, Relator <sup>2</sup>).

Diante dessas considerações, rejeita-se a exceção de pré-executividade, não havendo se falar em condenação na sucumbência nesta decisão, atento a que “*rejeitada a exceção, é inadmissível a condenação do executado em honorários (RT 810/298)*” – in THEOTÔNIO NEGRÃO <sup>3</sup>.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente exceção de pré-executividade, nos termos e pelas razões acima.

Aguarde-se requerimento do credor por trinta (30) dias, retornando ao arquivo caso não haja manifestação.

P. R. I.

São Carlos, 08 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>2</sup> LEX - JTACSP - Volume 181 - Página 390.

<sup>3</sup> THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 36ª ed., 2004, SP, Saraiva, p. 136, nota 43 ao art. 20.